CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SCS-B Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º Andar.
70308-200 – Brasília/DF – Tel.: (61) 2027-3403 / 3907

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 25 e 26 DE OUTUBRO DE 2017

Nos dias 25 e 26 de outubro de 2017, na sala de Reuniões Plenária, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 31ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Darci Frigo **(Plataforma Dhesca Brasil);** Fabiana Galera Severo (**DPU**); Flávia Piovesan e Akemi Kamimura (**SNC**); Everaldo Bezerra Patriota (**Conselho OAB**); Eneida Guimarães (**UBM**); Iara Gomes de Moura (**INTERVOZES**); Leonardo Pinho (**UNISOL Brasil**); Paulo Roberto Maldos (**CFP**); Alessandra Morato (**CNPG**); Deborah Duprat (**PFDC**); Diana Mann (**Polícia Federal**); Priscilla Oliveira (**MJSP**); Marco Antônio Souza (**MRMMR**); Carlos Magno Fonseca (**ABGLT**). Participaram também Renata Studart (**Secretária Executiva – CNDH**); Rafael e Ribamar (**MNPCT**). Darci Frigo iniciou a reunião fazendo as apresentações e reorganização da pauta. Fez informe da participação do CNDH no lançamento do relatório do FUNPEN, o qual traz recomendação específica para o CDNH que deverá ser olhada no âmbito da Comissão da População em situação de Privação de Liberdade. Carlos Magno fez informe sobre a participação no Encontro de lançamento da plataforma de direitos humanos e cidadania da população LGBTI na agenda legislativa. Leonardo fez informe sobre a reunião da Comissão de Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social, onde foi feita discussão sobre a política de austeridade fiscal. Chegou uma denúncia à comissão, informando que sindicalistas da EMBRAPA denunciam situações degradantes de trabalho, sendo que algumas são análogas ao trabalho escravo. Foi feita inspeção no local e a empresa processou os funcionários por prejudicar a reputação da EMBRAPA. Apesar de terem ganhado judicialmente, permanecem sendo vítimas de retaliações por parte da mesma. A Comissão elaborou duas recomendações, sendo a primeira sobre a Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, conhecida como portaria do trabalho escravo. Foi feita a leitura da recomendação, com algumas alterações em seu texto. Fica registrado o repúdio deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos à Portaria 1.129/2017. A Resolução nº 05/2015 do CNDH, que trata da abertura de processo apuratório de condutas e situações contrárias aos direitos humanos e aplicações de sanções, é colocada em votação no pleno. Conselheiro Márcio se absteve devido à matéria estar *sub judice* no Supremo Tribunal Federal. A Resolução nº 05/2015 foi aprovada por Marquinhos, Alessandra, Carlos Magno, Iara, Eneida, Priscila, Akemi, Fabiana, Débora, Patriota, Paulo, Leonardo, Diana e Darci. Passou-se ao ponto de pauta referente às deliberações e encaminhamentos da 8º Reunião da Comissão Permanente do Direito a Comunicação e a Liberdade de Expressão. A Conselheira Iara Moura relatou sobre a Audiência Pública "Estratégias de enfrentamento à violência contra comunicadores e comunicadoras no Brasil" que estava marcada para acontecer no dia 23 de outubro e que, no entanto, não foi realizada devido a não emissão de passagens aéreas aos participantes de outros estados. Uma das participantes e vítima de violência contra comunicadores, Patrícia Palma, chegou a se deslocar de seu município de residência, no interior do estado do Rio de Janeiro, ao Aeroporto Santos Dumont, em veículo próprio. Devido a isso, as entidades que compõe a Comissão e que estavam reunidas na data, decidiram pelo cancelamento da Audiência, em respeito aos que não conseguiriam chegar. Informou ainda que os trabalhos da Comissão foram prejudicados durante a manhã devido a esse problema, pois estavam tentando entrar em contato para informar sobre o cancelamento da Audiência, e pela não presença de três entidades na reunião (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC, contudo, chegou de última hora). Foram discutidos três pontos de pauta durante a reunião. O primeiro ponto foi com respeito à classificação indicativa. A Comissão está fazendo levantamento de uma série de PLs nas Câmaras e Assembleias Estaduais, os quais se destinam a classificação

indicativa de museus e exposições, o que atenta à liberdade de expressão. Pretende-se trazer, na próxima Reunião Ordinária, um levantamento das iniciativas para que o Conselho se posicione. Houve também a apresentação do Relatório lançado durante a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação 2017, realizada de 15 a 21 de outubro, de autoria do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. O Relatório reúne violações de direitos à liberdade de expressão, denominado "Calar Jamais!" e que trouxe, somente do ano de 2016, 80 casos emblemáticos de amplo espectro. Uma audiência pública esta sendo articulada em conjunto com a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular (FRENTECOM) e que, provavelmente, contará com convite ao CNDH. Ficou encaminhada a realização de uma reunião antecedendo a próxima reunião do pleno do mês de dezembro, durante todo o dia, e que haja esforço para a convocação da presença do Estado para pensar em planejamento e estratégias para composição e critérios, para que no ano de 2018 haja pautas prioritárias e uma atuação mais célere. A Secretaria Nacional de Cidadania fez seu pedido de desculpas devido ao caso das passagens aéreas para a audiência pública do dia 23 de outubro e esclareceu que todas as passagens foram solicitadas e autorizadas pela Secretaria Executiva e que a dificuldade ocorreu nos processamentos dos bilhetes aéreos. Segundo a SNC, uma falha administrativa e a indisponibilidade plena dos recursos impossibilitou a emissão do bilhete em prazo razoável para a presença das convidadas. Um parágrafo foi inserido na nota a respeito da atividade que foi prejudicada em decorrência do problema com as passagens. A nota foi lida e submetida para votação no pleno. Nomes para compor a Comissão: Patriota, Leonardo e Fabiana. Foi lida e revisada no pleno a Resolução nº 5/2015, a qual trata da abertura de processo apuratório de condutas e situações contrárias aos direitos humanos e as aplicações de sanções. A Resolução foi aprovada por unanimidade dos conselheiros e das conselheiras presentes (Marco Antônio, Alessandra, Flavia, Carlos Magno, Iara, Eneida, Priscila, Fabiana, Frigo, Deborah, Patriota, Paulo, Leonardo e Diana). A reunião foi retomada no início da tarde por Frigo, o qual passou ao ponto de pauta a respeito dos relatos da Comissão de Direitos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais. Paulo fez relatos sobre a missão do GT Quilombola realizada em Santarém (PA). Propôs a ampliação do leque de organizações e movimentos sociais para fazer o processo de incidência junto aos Ministros do STF com relação à base aérea de Alcântara. Reunião com as entidades apoiadoras (PGR, OAB, CONAQ, ABA, CNBB, CONIC, Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado) para pensar estratégia e discutir a questão dos mais vulneráveis do campo. Coordenadora da Comissão de Segurança Pública, Diana fez relatos sobre a última reunião: missões, análise das denúncias e respostas dos Ministérios Públicos e do Conselho Nacional do Ministério Público referentes às mortes ocorridas em confrontos decorrentes de intervenção policial. Ficou encaminhada uma reunião com o CNMP para entender melhor como funciona seu sistema de controle de mortes. Reunião conjunta específica para análise das respostas dos MPs. Minuta do documento elaborado pelo Artigo 19 "Padrões sobre o uso da força em manifestações - padrões e diretrizes mínimas sobre o uso da força por agentes de segurança pública em manifestações". A minuta foi lida e revisada no pleno. Ficou encaminhada a reformulação de proposta do capítulo 5, que trata de diálogo e negociação, para ser apresentada no dia seguinte no pleno. CUT sugere manter o texto para consulta e retornar a sua discussão em outra oportunidade, abstendo-se da votação do mesmo. Ficou o encaminhamento de que a minuta de Resolução deve ser colocada em consulta pública para que na reunião de dezembro haja devolutiva e seja estabelecido prazo para a construção da audiência pública e deliberação para a reunião de fevereiro. A proposta de audiência pública deve ser apresentada pela Comissão em diálogo com a mesa diretora e a Secretaria do Conselho para a 32º Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 10 de novembro. A condução da reunião foi passada a Fabiana, que iniciou os relatos sobre a reunião da Comissão

Direito Humano a Alimentação Adequada. Houve duas reuniões ampliadas; na parte da manhã o tema foi o Direito Humano a Alimentação Adequada especificamente para mulheres – gestantes, lactantes e com filhos – em situação de prisão, contando com a presença de convidados externos (ITTC, Ministério da Saúde e Mecanismo de Prevenção e Combate a Tortura). As deliberações tomadas dizem respeito à agenda após ouvir contribuições do ITTC, do Mecanismo de Contribuição e Combate a Tortura, com retrato de diversas violações especificamente de direito a alimentação, principalmente por falta de água – recorrente nos estabelecimentos prisionais. Foram deliberados os seguintes pontos: divulgação do trabalho da Comissão com o foco nas mulheres em situação de prisão que estão gestantes, lactantes ou que tem filhos; Comissão de trabalho em março para reunir o material dos relatórios das diversas frentes, os quais culminaram em recomendações, para propor ao CNDH uma resolução desse tema em especial. Propor na reunião ordinária de dezembro. Visita *in loco*: estabelecimento prisional do DF, em característica de monitoramento. A Comissão será composta por: Elissa (Ministério da Saúde), Valéria (FIAN), Luzarina (Mecanismo de Prevenção e Combate a Tortura) Emília (Ministério Público Federal), Fabiana (Secretaria Nacional da Cidadania). A visita deverá ser feita em janeiro, a fim de se analisar como está a situação do estabelecimento após a recomendação e se as violações persistem, e contará com a presença do Mecanismo de Prevenção e Combate a Tortura, da FIAN e um membro do MPF ou da DPU e, a convite, um membro da PFDC. A visita gerará um relatório a fim de que seja realizada uma audiência pública a respeito do tema, na Comissão de Minorias e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Pretende-se apresentar na audiência o trabalho do Conselho, o relatório decorrente da visita e familiares das mulheres que são vítimas das violações. A audiência deverá ser realizada no dia 1º de março. Na parte da tarde o tema foi o Direito Humano a Alimentação Adequada em decorrência do uso de agrotóxicos, de onde foi tirada uma proposta de recomendação sobre o assunto para deliberação no pleno. A reunião ampliada contou com a participação da Campanha Nacional contra Agrotóxicos, representada por Carla Bueno, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), além do Ministério da Saúde. Foi apresentada pela UNISOL uma primeira versão da minuta, com uma proposta focada na Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA). A Comissão levou ao plenário uma proposta de recomendação referente às políticas públicas e aos diversos PLs integrantes do denominado “pacote do veneno”, em tramitação no Congresso Nacional. Foi feita a leitura da Recomendação, de 25 de outubro de 2017. Ficou encaminhada a elaboração de recomendação ao presidente da Câmara, ao qual coube a instalação da Comissão Especial e Temporária, o que não foi feito, sendo necessária para que a discussão a respeito do PNaRa avance. A Recomendação foi votada e aprovada com unanimidade por: Alessandra, Markinhus, Carlos Magno, Iara, Eneida, Priscila, Akemi, Fabiana, Deborah, Patriota, Paulo, Leonardo, Diana e Ismael. Passou-se ao item de pauta referente às Deliberações e encaminhamentos referentes a 2º Reunião da Subcomissão de Políticas de Drogas e Saúde Mental. O relato da reunião foi feito por Leonardo Pinho, coordenador da Subcomissão. Foram realizadas duas atividades: uma audiência pública durante a manhã na Câmara dos Deputados, organizada em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e com o Conselho Federal de Psicologia, e a reunião propriamente dita da Subcomissão, realizada durante a tarde. Foi consenso na mesa da audiência e nas intervenções que o país passa por retrocessos sociais e no SUS e, consequentemente, no campo da reforma psiquiátrica. Discussão sobre a Lei 13.438, que trata da adoção obrigatória, pelo SUS, do protocolo que estabelece padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. Durante a reunião da Subcomissão, algumas questões foram destacadas; foi solicitado, por trabalhadores da região da Luz (“Cracolândia”) presentes na reunião, a realização de nova missão do CNDH ao local para ir aos hotéis e ao ATENDE (Atendimento Diário Emergencial) para ouvir os trabalhadores. Também foi solicitada vistoria a instituição

Missão Belém, localizada em Jarinu/ SP, onde houve a morte de 14 pessoas no mês de julho, muitas com problemas pulmonares e desnutrição. Houve debate sobre internação compulsória e convite para participação, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, em Brasília, da Subcomissão em reunião da CISM (Comissão Intersetorial de Saúde Mental), do Conselho Nacional de Saúde, a fim de se criar nota técnica sobre internações e direitos humanos. Reunião do CNDH, por meio da Subcomissão, com a DPU e com o MP/BA para tratar do fechamento dos três hospitais psiquiátricos do estado, após terem sido reprovados no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares (PNASH/Psiquiatria), o que não foi de acordo da DPU e do MP; todavia, nada foi acordado na reunião. Foi solicitado acompanhamento do PL 37/2013, que altera a Lei 11.343/06, a qual institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Foi solicitada a criação de nota de apoio do CNDH a Recomendação 043, de 15 de setembro de 2017, do Conselho Nacional de Saúde, a qual recomenda ao Ministério da Saúde a revisão da Portaria nº 1.482, de 4 de agosto de 2016. A minuta da nota pública foi lida, revisada e colocada para votação no pleno. A nota foi aprovada por representantes da ABGLT, INTERVOZES, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional da Cidadania, DPU, MPF, OAB, Conselho Federal de Psicologia, UNISOL, Polícia Federal e CUT. Também ficou aprovada a nova missão a "Cracolândia" e a vistoria a instituição Missão Belém. Foi passado ao ponto de pauta, relacionado à nota a respeito da flexibilização da Lei Maria da Penha. A proposta da Recomendação ao presidente da República, minutada pela Secretaria Nacional da Cidadania, foi lida e discutida no pleno. Votaram a favor da manifestação por parte do CNDH os conselheiros e as conselheiras: Ismael, Leonardo, Paulo, Patriota, Deborah, Frigo, Fabiana, Akemi, Priscila, Eneida, Iara e Carlos Magno; absteve-se de votar o conselheiro Marco Antônio; votou contra a manifestação a conselheira Diana. Passou-se a proposta de inclusão do considerando ao texto. Foi decidida a manutenção do considerando e da redação do texto. O texto foi colocado em votação e aprovado pela maioria dos conselheiros e das conselheiras. Absteve-se de votar a conselheira Diana. O primeiro dia de reunião foi encerrado.

O segundo dia de reunião teve início com a discussão da pauta do dia. Passou-se ao ponto de pauta sobre os informes e encaminhamentos referentes à missão do CNDH em Maceió/AL sobre "Direitos da População em Situação de Rua", com relatos dos conselheiros Patriota e Leonildo. Foi feita audiência no palácio do governo do estado de Alagoas no dia 19 de outubro, às 19 horas. A Secretária da mulher e direitos humanos foi a responsável por receber o movimento. Participaram da atividade o conselheiro Leonildo, a coordenação e o movimento Pop. Rua de Alagoas, além da Comissão de Direitos Humanos da OAB. O foco da agenda foi a institucionalidade da política pública de atendimento a população em situação de rua por decreto. Foi reiterado o compromisso de assinatura do decreto, porém o mesmo não saiu. A segunda atividade do dia ocorreu na DPU, contando com a participação dos conselheiros Patriota e Leonildo, o coordenador e alguns diretores do movimento Pop. Rua. No dia 20 de outubro, às 9 horas, ocorreu encontro com o Procurador Geral de Justiça do estado e três promotores. O PGJ comprometeu-se com representantes do movimento e criou Comissão do Ministério Público do Estado, além da criação de uma força-tarefa para combater os assassinatos a pessoas que vivem em situação de rua. Ficou acordado que a DPU atenderá a população em situação de rua onde por eles for solicitado, a fim de que os mesmos possam ter acesso às políticas inclusivas, e o estabelecimento de um escritório de assistência jurídica móvel, o qual será montado em van, com recursos estaduais e municipais, para atendimento a população em situação de rua. A Secretaria colocou-se a disposição do Conselho e do movimento Pop. Rua. Foi proposto por Frigo encaminhar a Recomendação nº 44, a qual foi direcionada ao Conselho, e o Relatório do MNPCT a Comissão de Privação de Liberdade, a fim de que sejam feitos os encaminhamentos. Foram entregues cópias do Relatório temático "As ameaças e potenciais de um fundo bilionário para a prevenção a tortura no Brasil", elaborado pelo Mecanismo

Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Passou-se ao ponto de pauta para aprovação das atas da 30º, 29º e 28º Reunião Ordinária do CNDH. As atas foram revisadas e aprovadas no pleno por unanimidade dos conselheiros e das conselheiras presentes. Depois de feita leitura do 2º Relatório do CNDH sobre violações de Direitos Humanos no sistema socioeducativo do estado do Ceará, o mesmo foi colocado para discussão, revisão e aprovação no pleno. O Relatório foi aprovado por Darci, Marco Antônio, Alessandra, Carlos Magno, Eneida, Iara, Priscila, Akemi, Fabiana, Deborah, Patriota, Paulo, Diana. Ficou como encaminhamento o envio do Relatório ao CONANDA para sua aprovação. Passou-se ao ponto de pauta que trata do Encontro Nacional dos Direitos Humanos e sua organização. Foi feito o informe, por parte do conselheiro Patriota, de que o Deputado Paulão (PT/AL) solicitou audiência com o presidente do Conselho Federal da OAB, Cláudio Lamachia, o qual afirmou que compareceria à abertura do Encontro Nacional. Foi feito o encaminhamento para que fosse incentivada, por parte dos conselheiros e das conselheiras, a inscrição de representantes dos movimentos sociais para o Encontro. Ficou encaminhada a solicitação da presença de representante da Câmara dos Deputados no dia do Encontro para o controle de entrada. Informe do conselheiro Patriota de que o CNDH foi convidado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/PR e participou de evento com a Polícia Militar, na cidade de São José dos Pinhais. Na manhã seguinte foi feita visita a uma delegacia de furtos e roubos, onde foi constatado o abrigo de 15 detentos em uma mesma cela a qual tinha, aproximadamente, menos de 10 m²; o caso foi registrado por meio de fotografias. A presidente da mesa, Fabiana Severo, encerrou o segundo dia da 31º Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.